



Índice

- 01** Justiça de Manaus proíbe outorgas para empreendimentos na bacia do Amazonas
- 02** MPF pede à Justiça retorno imediato de apoio da Vale à saúde de indígenas
- 03** Processos de exploração mineral em áreas indígenas no AP devem ser anulados
- 04** Caminhão com 32 t de soja tomba no Paraná, e indígenas saqueiam carga
- 05** Com ajuda do Exército, Defesa Civil conclui envio de água mineral para ribeirinhos
- 06** Superintendência da Pesca leva serviço itinerante ao interior de RR
- 07** Vereadora pede subsecretaria para atender os pescadores de Salvador
- 08** Moradores de assentamentos e quilombolas receberão cursos superiores
- 09** Uespi amplia oferta de cursos voltados às comunidades quilombolas
- 10** Memorial Marechal Rondon deve ser inaugurado em maio
- 11** Demarcação da terra Xucuru Kariri deve ser retomado
- 12** Prefeitura de Porto Murtinho entrega computadores nas aldeias indígenas
- 13** Navio-hospital segue para Porto Walter, após 12 mil atendimentos
- 14** Vítimas da cheia de 2014 recebem cartão de benefício
- 15** Promotor cobra mais rigor contra empresa Zamin
- 16** Divulgação do Livro "Moradia Indígena e seus Entornos"
- 17** Duas toneladas de doativos chegam a Rio Branco neste fim de semana



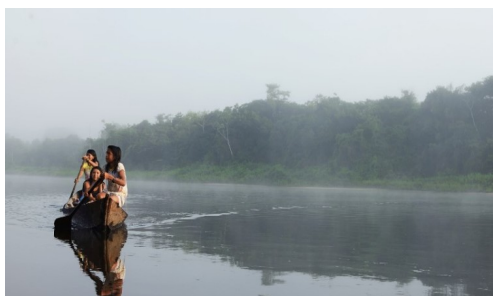
- 18** Seis medidas provisórias terão comissões instaladas na próxima terça-feira
- 19** Índios lutam para salvar 2 línguas da extinção no interior
- 20** Sônia Guajajara é uma das 21 mulheres que fazem um Brasil melhor
- 21** Assoreamento do Rio São Francisco prejudica pesca em Penedo, Alagoas
- 22** Câmara fará sessão itinerante em fazenda ocupada por índios
- 23** Crianças indígenas aprendem com mestres pinturas e histórias que são relíquias
- 24** Urgente: Famasul contrata e quer despejo coletivo de povos Guarani-Kaiowá, Terena e Nandeva (MS)
- 25** Madeiros invadem terras de índios que vivem isolados na Amazônia
- 26** Quilombolas e mineradora vivem embate após expansão de exploração em Paracatu
- 27** Publicado relatório final da Comissão da Verdade de São Paulo com capítulo indígena
- 28** Há quase uma década, povo Guarani e Kaiowá sofre com tentativas de reintegrações de posse
- 29** Documentário revela tradicionalidade quilombola da região amazônica
- 30** Fundação Palmares intervém no processo de reintegração de posse de quilombolas



Justiça de Manaus proíbe outorgas para empreendimentos na bacia do Amazonas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2015

Atendendo a pedido do MPF, juíza ordenou que a ANA se abstenha de emitir Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica até a instituição do comitê da bacia

MPF/PA



A Justiça Federal do Amazonas ordenou que a Agência Nacional de Águas (ANA) se abstenha de emitir Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) para qualquer empreendimento que esteja sendo licenciado na bacia dos rios Solimões e Amazonas enquanto não for instituído o Comitê de Bacia e aprovado o Plano de Recursos Hídricos, exigências da Lei das Águas (9.433/97) que não estão sendo cumpridas em nenhuma bacia hidrográfica na Amazônia.

Para a juíza Mara Elisa Andrade, responsável pela liminar, a ausência de planejamento quanto ao uso dos recursos hídricos de determinada bacia hidrográfica, por si só, evidencia o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. "A corroborar essa premissa, basta a leitura atenta dos noticiários dos últimos seis meses, concernentes ao uso dos recursos hídricos do Reservatório Cantareira em São Paulo", diz na liminar.

"É possível concluir que a ANA está emitindo Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e sua conversão em outorga, nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos da bacia Solimões/Amazonas, com inequívoca violação à lei 9.433/97, porquanto inexistentes o Comitê Gestor, o Plano de Recurso Hídrico de Bacia Hidrográfica e, por consequência, qualquer fiscalização de metas necessárias à salvaguarda dos interesses públicos indisponíveis quanto ao uso equilibrado desses mesmos recursos", diz a decisão.

A decisão do Amazonas é a primeira concedida em um pacote de seis ações judiciais em que o MPF pede que a ANA seja proibida de emitir a chamada Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica para quaisquer empreendimentos que estejam em licenciamento nas bacias dos rios Tapajós, Teles Pires, Madeira, Ji-Paraná, Negro, Solimões, Branco, Oiapoque, Jari, Araguaia, Tocantins e Trombetas. A necessidade de planejamento no uso dos recursos hídricos é uma preocupação incluída na Constituição brasileira e, mesmo assim, nunca foi aplicada na Amazônia, onde está o maior volume de águas do país, tanto em corpos subterrâneos (aquíferos) quanto superficiais (rios).

CONT.



O MPF cobra o cumprimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei das Águas (9.433/97). A Política trouxe, como principais fundamentos, a convicção de que "a água é um recurso natural limitado" (art. 1º, II) e de que, "em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais (art. 1º, III)". E tem, como objetivos, "assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos"; "a utilização racional e integrada dos recursos hídricos"; e "a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais".

A Política Nacional também instituiu que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Na Amazônia, onde boa parte da população tem a sobrevivência baseada nos rios, essa participação se torna ainda mais relevante. Mas sem comitês de bacia instalados, não há participação, nem planejamento, os principais pilares da política. São os comitês de bacia, constituídos com participação social, que podem fazer o plano de uso dos recursos hídricos.

A ação tramita na 7ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 16399-54.2014.4.01.3200.



MPF pede à Justiça retorno imediato de apoio da Vale à saúde de indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2015

Mineradora descumpre desde fevereiro obrigação devida aos Gavião da Terra Indígena Mãe Maria

MPF/PA

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal que obrigue a mineradora Vale a voltar imediatamente a dar apoio à saúde dos indígenas da Terra Indígena Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do Pará.

Apesar de decreto presidencial e de resolução do Senado obrigarem a mineradora a prestar amparo aos índios, a Vale não cumpre essa obrigação desde o final de fevereiro, depois que indígenas realizaram uma manifestação próxima à estrada de ferro Carajás, utilizada pela mineradora. Mesmo não tendo ocorrido qualquer obstrução da ferrovia ou qualquer ameaça à segurança de passageiros e funcionários da Vale, a empresa resolveu cortar o plano de saúde que há anos vinha sendo oferecido aos indígenas em cumprimento à obrigação assumida pela mineradora.

Segundo investigação do MPF, além de determinar a suspensão de atendimentos de saúde aos indígenas em Marabá, a Vale mandou que a suspensão também seja acatada por prestadores de serviços de saúde que atuam em Belém. Até uma indígena grávida teve atendimento negado.

"É certo que o corte do amparo à saúde pela Vale consiste em nítida violação aos direitos humanos, inclusive com grave ameaça ao direito à vida dos indígenas", critica na ação a Procuradoria da República em Marabá.

Relato dos indígenas Gavião ao MPF detalha que a suspensão do atendimento à saúde afeta crianças, adultos e idosos em tratamento intensivo ou em tratamento de câncer, índios que necessitam de acompanhamento médico periódico e contínuo, indígenas que tomam remédios controlados e outros pacientes que estão em Centros de Terapia Intensiva (CTIs).

A ação do MPF pede, também, que a Vale seja obrigada a pagar indenização por danos morais a cada uma das comunidades indígenas atingidas, em valor a ser definido pela Justiça Federal.

Julgamento de protestos – O MPF pediu à Justiça Estadual que decline para a Justiça Federal o processo em que a Vale conseguiu a proibição aos indígenas de realizarem manifestações próximas à Estrada de Ferro Carajás.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47/2015

Brasília, 16 de março de 2015.

Segundo entendimento da Procuradoria da República em Marabá, o processo deve tramitar na Justiça Federal porque a Constituição determina que é de competência exclusiva da União a exploração dos serviços de transporte ferroviário que transponham os limites de Estados, e a Vale faz essa exploração porque tem concessão da União.

Além disso, estão em debate questões referentes a direitos indígenas e a terras indígenas, temas que também devem direcionar a discussão à Justiça Federal, defende o MPF.

Processo nº 0001660-73.2015.4.01.3901 – 1ª Vara Federal em Marabá

[Link para acompanhamento processual](#)

[Link para a íntegra da ação encaminhada à Justiça Federal](#)

[Link para a íntegra da manifestação à Justiça Estadual](#)



Processos de exploração mineral em áreas indígenas no AP devem ser anulados
SÍTIO PORTAL EBC, 13.03.2015

Michelle Moreira

De acordo com decisão da Justiça Federal no Amapá, todos os processos que solicitam exploração, pesquisa e concessão de atividade mineral em área indígena no estado devem ser anulados. A decisão teve como base uma ação do MPF, o Ministério Público Federal.

O MPF sustenta que esse tipo de atividade pode vir a devastar as áreas em questão, uma vez que não existe uma lei que trate do assunto.

O DNPM, o Departamento Nacional de Produção Mineral, é o órgão responsável por ceder as concessões. Cerca de 500 processos aguardam autorização desde 1988, quando foi publicada a Constituição Federal.

Na decisão, a Justiça Federal afirma que a Constituição garante a posse aos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e o direito do uso exclusivo sobre os recursos naturais que se encontram nestas áreas.

O Ministério Público afirma que esta demora do DNPM para dar um parecer aos processos viola o ordenamento jurídico visto que existem procedimentos com mais de 20 anos sem qualquer decisão, aguardando nova lei.

Procurado pela reportagem, o DNPM afirmou, em nota, que não foi intimado pela Justiça e, por esta razão, não vai se manifestar sobre o assunto.

Caminhão com 32 t de soja tomba no Paraná, e indígenas saqueiam carga

SÍTIO GLOBO.COM, 13.03.2015

*Situação ocorreu na quinta (12) em Laranjeiras do Sul, na região central.
Motorista, de 42 anos, sofreu ferimentos graves e foi levado para Cascavel.*



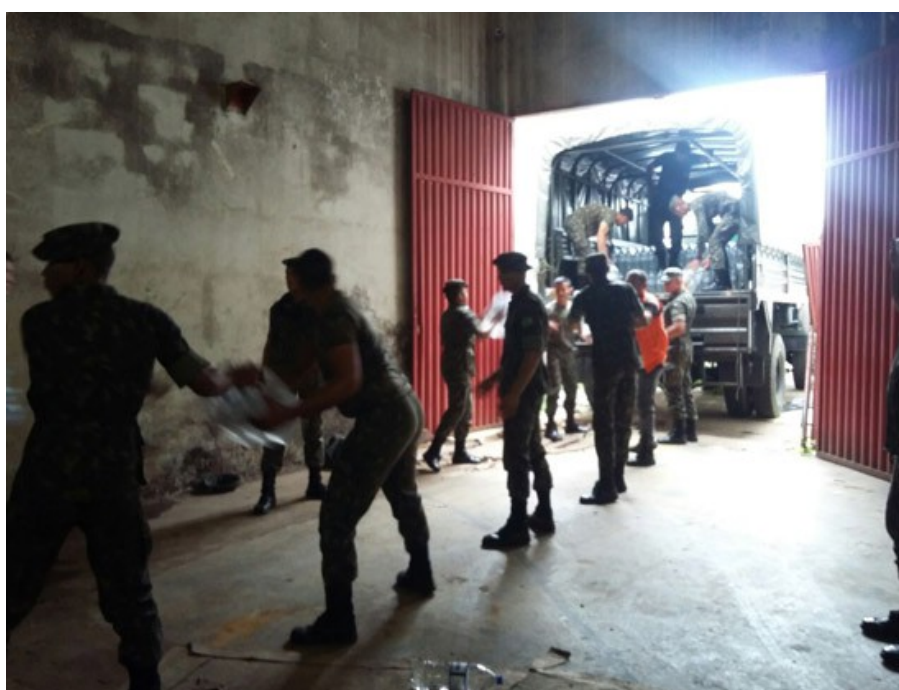
Caminhão tombou na BR-277, próximo à comunidade indígena Rio das Cobras
(Foto: Divulgação/PRF)

Um caminhão carregado com 32 toneladas de soja tombou na quinta-feira (12) na BR-277 em Nova Laranjeiras, na região central do Paraná. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), índios que vivem nas proximidades saquearam a carga.

O acidente aconteceu por volta das 18h, na BR-277, próximo à comunidade indígena Rio das Cobras. De acordo com informações da PRF, o caminhão, com placas do Paraguai, tombou enquanto fazia uma curva. A carga, que seria levada para Ponta Grossa, nos Campos Gerais do Paraná, ficou espalhada pela pista.

O motorista, de 42 anos, teve ferimentos graves e foi encaminhado para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná (Huop) em Cascavel, no oeste do Paraná.

Com ajuda do Exército, Defesa Civil conclui envio de água mineral para ribeirinhos
SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 13.03.2015



Uma embarcação da Defesa Civil Municipal deve chegar nesta sexta feira nas comunidades de Calama, Nazaré, São Carlos e Cujubim para concluir a entrega de uma remessa de água mineral para atender centenas de ribeirinhos.

A ajuda humanitária foi solicitada por lideranças dessas comunidades onde o abastecimento com água potável ficou comprometido em decorrência da cheia do Madeira.

Nesta sexta feira (13), o nível do manancial no perímetro urbano da capital rondoniense permaneceu praticamente estável, em 16,95 metros, mesmo nível dos últimos dois dias.

A DCM informou agora pela manhã, que somente hoje é que serão levadas para a escola Hermelindo Brasil, do outro lado da ponte do Madeira, as primeiras famílias. O local vai funcionar como abrigo provisório para desabrigados.

Fonte: RONDONIAGORA

Autor: RONDONIAGORA



Superintendência da Pesca leva serviço itinerante ao interior de RR

SÍTIO GLOBO.COM, 14.03.2015

Nesta primeira etapa, Normandia, Bonfim e Cantá recebem atendimento. Trabalhos começam na próxima segunda-feira (16) e segue até dia 20.

A partir da próxima segunda-feira (16) os pescadores que atuam no interior de Roraima receberão atendimento itinerante por meio de uma iniciativa da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura em Roraima (SFPA/RR) em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A primeira etapa deve contemplar os municípios de Normandia, Bonfim e Cantá. Os trabalhos seguem até o dia 20 deste mês.

O serviço é realizado com a proposta de facilitar os pescadores na resolução de algumas situações referentes à carteira de pescador profissional artesanal. Será possível fazer a correção de dados cadastrais, solicitar a segunda via da carteira, além da entrega de novas licenças. Além disso, a equipe do Ministério do Trabalho também estará realizando atendimento e recepcionando os pedidos de seguro-desemprego do pescador profissional.

Durante os dias 16 e 17 o atendimento será em Normandia, na biblioteca municipal, local onde também funciona o projeto de inclusão digital Telecentro Pesca Maré. Nos dias 18 e 19 os trabalhos serão realizados em Bonfim e dia 20 no Cantá, ambos ocorrerão na sede da colônia de pescadores dos respectivos municípios.

De acordo com o superintendente da SFPA/RR, Fábio Machado, a ação é de suma importância para a classe pesqueira, que terá a oportunidade de ter os serviços sem precisar sair da região.

“É uma oportunidade para os pescadores darem entrada no seguro defeso, uma vez que a partir do mês de abril entra em vigor a medida provisória nº 665/2014, a qual passa a responsabilidade da recepção do seguro do pescador para o INSS e ainda não sabemos como será tratada essa questão”, frisou.

O superintendente destacou ainda que os trabalhos se estenderão a outros municípios e Região do Baixo Rio Branco. “Temos essa preocupação de proporcionar atendimento a todos e sabemos que tem muitos pescadores que não tem condições financeiras para se deslocar até a sede da superintendência. Com isso, esperamos suprir a demanda de todos”, finalizou.

Calendário de atendimento:

Normandia - 16 e 17/03

Bonfim - 18 e 19/03

Cantá - 20/03



Vereadora pede subsecretaria para atender os pescadores de Salvador

SÍTIO TRIBUNA DA BAHIA, 14.03.2015

Os cerca de 6 mil pescadores e marisqueiras de Salvador estão com o trabalho comprometido devido à falta de estrutura física nas instalações e embarcações, a grande maioria muito antigas e precária.

Para tratar desse e outros problemas, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB), sugeriu ao prefeito, através de projeto de indicação, a criação da Subsecretaria de Pesca e Aquicultura em Salvador.

Para a legisladora, a criação da pasta pode reverter o quadro de desassistência da categoria que se agravou em 2012, quando a subcoordenadoria foi extinta do município.

"Hoje não existe incentivo ao desenvolvimento da pesca e aquicultura, a categoria não tem acesso a linhas de crédito e não tem condições de adquirir novos equipamentos e reformar as embarcações. A subsecretaria poderá promover o desenvolvimento das atividades, captar recursos para programas e consequentemente melhorar a qualidade do serviço e da vida dessa população", disse Aladilce.



Moradores de assentamentos e quilombolas receberão cursos superiores

SÍTIO CAPITAL TERESINA, 14.03.2015

Moradores de assentamentos e quilombolas receberão cursos superiores

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi) lançou, nesta sexta-feira (13), a oferta de três cursos especiais de nível superior dirigidos à população quilombola e e residentes em áreas de Reforma Agrária promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC). A iniciativa é realizada em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e por meio do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ao todo, são 150 vagas distribuídas nos cursos especiais de Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Geografia e Bacharelado em Agronomia. Os cursos estarão vinculados, respectivamente, aos campi Torquato Neto (Teresina), Professor Alexandre Alves de Oliveira (Parnaíba) e Ariston Dias Lima (São Raimundo Nonato) e aos Núcleos de São João do Piauí e Esperantina.

Durante o lançamento dos cursos estiveram presentes o reitor Nougá Cardoso Batista; a vice-reitora, Bárbara Melo e os pró-reitores de Administração, Raimundo Isídio; de Ensino e Graduação, Ailma do Nascimento; de Pesquisa e Pós-Graduação, Geraldo Eduardo da Luz; além do coordenador geral do Parfor/Uespi, Raimundo Dutra; o superintendente do Incra, Marcelo dos Anjos Mascarenhas; o representante da Comissão Pastoral da Terra, Gregório Borges; o coordenador do setor de educação do MST, Adilson de Apiaim, e o secretário da Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetag). Também participaram representantes dos movimentos sociais do campo. A professora do curso de Pedagogia da Uespi, Lucineide Barros, representou os docentes da IES.

O reitor Nougá Cardoso destacou a importância de se levar educação superior à população do campo. "Estamos diante de um grande desafio que é levar, pela primeira vez, educação superior a assentados. Vamos trabalhar junto à administração superior da Uespi, professores e movimentos apoiadores para que isso aconteça", disse o reitor.

Lucineide Barros salientou a importância da iniciativa. "Esses cursos representam um importante passo na afirmação da política pública da educação do campo e na afirmação do campo como território de vida, de saberes e de conhecimento. Representa também o aprofundamento na participação da Uespi nessa construção", enfatizou.

Cursos

A equipe pedagógica será formada por representantes de alunos, professores dos cursos,

CONT.



coordenador geral e pedagógico, estudantes pesquisadores e monitores - esses últimos, representantes dos movimentos sociais que estão na parceria dos cursos. Todos eles devem acompanhar de modo sistemático o processo de realização dos três cursos, produzindo não apenas o acompanhamento por si, mas também processo de conhecimento sobre a educação do campo e a reforma agrária.

Regime de aulas

Dividido em “Tempo Escola” e “Tempo Comunidade”. O primeiro é dedicado ao estudo dos componentes curriculares na dinâmica escolar, que deve acontecer no curso de Pedagogia aqui em Teresina, no curso de Geografia em São João do Piauí e no curso de Agronomia em Esperantina. O Tempo Comunidade é aquele em que os estudantes retornam às suas comunidades para fazer pesquisas, extensão e a vivência da vida comunitária, fazendo com isso uma articulação entre a teoria e a prática, sem a qual não se é possível construir processos educativos. Os conteúdos curriculares devem ser vinculados a questões do campo. Tanto a divisão da equipe pedagógica, sistemática de realização das aulas e conteúdos a serem ministrados seguem a exigência do Pronex.

Em breve, a Uespi divulgará os editais completos, com todas as informações para os interessados. As aulas dos três cursos devem ter início no próximo mês de julho.



Uespi amplia oferta de cursos voltados às comunidades quilombolas

SÍTIO GLOBO.COM, 14.03.2015

*Serão 150 vagas distribuídas em três cursos de nível superior.
Aulas têm previsão para iniciar no mês de julho.*

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi) anunciou a oferta de três cursos especiais de nível superior dirigidos à população quilombola e residentes em áreas de Reforma Agrária promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC). Ao todo, são 150 vagas distribuídas nos cursos especiais de Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Geografia e Bacharelado em Agronomia.

A iniciativa é realizada em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e por meio do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os cursos estarão vinculados, respectivamente, aos campi Torquato Neto (Teresina), Professor Alexandre Alves de Oliveira (Parnaíba) e Ariston Dias Lima (São Raimundo Nonato) e aos Núcleos de São João do Piauí e Esperantina.

O reitor Nougá Cardoso destacou a importância de se levar educação superior à população do campo. "Estamos diante de um grande desafio que é levar, pela primeira vez, educação superior a assentados. Vamos trabalhar junto à administração superior da Uespi, professores e movimentos apoiadores para que isso aconteça", disse o reitor.

Cursos

A equipe pedagógica será formada por representantes de alunos, professores dos cursos, coordenador geral e pedagógico, estudantes pesquisadores e monitores - esses últimos, representantes dos movimentos sociais que estão na parceria dos cursos. Todos eles devem acompanhar de modo sistemático o processo de realização dos três cursos, produzindo não apenas o acompanhamento por si, mas também processo de conhecimento sobre a educação do campo e a reforma agrária.

Em breve, a Uespi divulgará os editais completos, com todas as informações para os interessados. As aulas dos três cursos devem ter início no mês de julho.



Memorial Marechal Rondon deve ser inaugurado em maio

SÍTIO CENÁRIO MT, 14.03.2015

O ano de 2015 foi instituído como o "Ano de Rondon" pelo Governo do Estado

Após anos de abandono, a obra do Memorial Rondon, no distrito de Mimoso, em Santo Antônio do Leverger (32 km de Cuiabá;) ganhou atenção especial no ano em que se comemora 150 anos do Marechal Cândido Rondon. Com a parceria entre o Governo do Estado e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o espaço deve ser inaugurado em Maio, no começo das festividades.

A obra do memorial começou em 2000, desde então, nunca foi finalizada. O Diário já havia denunciado a situação precária do que já foi levantado pelos operários. O local seria, também, um dos pontos turísticos divulgados pelo Governo durante a Copa do Mundo de 2014.

Mas como nem tudo saiu como o planejado, à entrega do memorial, que vai funcionar como um museu sobre a vida de Rondon, foi mais uma vez adiada.

Agora, o projeto que foi retomado e modificado pelo professor de Arquitetura e Urbanismo, José Afonso Portocarrero, tem como base as construções indígenas.

"Haverá um piso comunitário, no qual será possível projetar slides e receber a visita de turistas. Além disso, o prédio, que irá conter uma biblioteca com livros do próprio Rondon e espaço para o jazido, possui uma estrutura para suportar a seca e a cheia", lembra.

Ontem, para discutir os detalhes das solenidades que vão acontecer durante todo o ano, o vice-reitor da UFMT, João Carlos de Souza Maia, se reuniu com o secretário Chefe da Casa Civil, Paulo Taques.

João Carlos Maia acredita que a comemoração, de alcance internacional, tem muita importância para a comunidade acadêmica da UFMT, visto que dentro da instituição há muitos pesquisadores com acervos e informações raras sobre Rondon.

"Fazer parte desse acontecimento trará maior potencialidade aos registros feitos do Marechal. Dessa forma, compreenderemos vários setores da UFMT.", ressaltou.

O secretário Paulo Taques lembrou que o governador já instituiu 2015 como o "Ano de Rondon, e por isso, as atividades serão desenvolvidas até se fechar um ciclo, em 05 de maio. "Iremos além da figura de Rondon ligada somente aos índios, e mostraremos o que as pessoas ainda não conhecem", finalizou.



Demarcação da terra Xucuru Kariri deve ser retomado

SÍTIO AQUI ACONTECE, 14.03.2015

Ação Civil Pública (ACP) promovida pelo MPF em Arapiraca, no ano de 2012, que pede a demarcação das terras indígenas em Palmeira dos Índios, pretende acabar com a espera do grupo indígena Xucuru Kariri pela devolução de suas terras tradicionais após centenas de anos de atraso.

Na última quarta-feira (11/03/2015) a 12ª Vara Federal de Arapiraca sentenciou a ACP atendendo o pedido do MPF à conclusão do processo demarcatório para que chegue ao fim a aflição e o sofrimento de mais de três mil indígenas xucurus kariris decorrentes da abusiva demora da União/FUNAI na demarcação definitiva de suas terras tradicionais.

História de luta

Na petição inicial, de repercussão nacional no Ministério Público Federal, é descrita a luta pela sobrevivência dos índios xucurus kariris desde o ano de 1700, quando um Alvará Régio lhes concedeu a devolução de 'uma légua em quadro' de terras tendo como referência a capela de Nossa Senhora do Amparo, hoje catedral de Palmeira dos Índios. As perseguições e a ausência das terras tradicionais dos seus antepassados produziram anos de precárias condições de trabalho nas roças, insegurança alimentar e destruição de muitos de seus valores socioculturais, se constituindo em duros desafios de sobrevivência à resistência do grupo indígena remanescente.

O texto revela ainda que ao longo dos séculos, entre idas e vindas nas disputas fundiárias envolvendo índios, particulares e o poder público local, as terras foram sendo paulatinamente espoliadas em que pese o denso diploma normativo e as reiteradas decisões oficiais favoráveis aos índios, incluindo uma sentença judicial de 1861.

Obrigação

A decisão judicial de 11/03/2015 condena a FUNAI a concluir as avaliações das benfeitorias num prazo de 90 dias; e, após, estipula o prazo de 06 (seis) meses para a União conceder a posse definitiva das terras aos índios xucurus kariris, inclusive com a retirada dos atuais posseiros.

Sobre a desocupação da área pelos atuais posseiros, já existe no MPF em Arapiraca procedimento investigativo visando exigir do INCRA, e acompanhar, o assentamento dos posseiros que são pequenos trabalhadores rurais. Objetivando a proteção dos direitos destas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47/2015

Brasília, 16 de março de 2015.

famílias, o MPF, pela Procuradoria da República em Arapiraca, promoverá audiência pública e reuniões com autoridades estaduais, municipais e federais visando à pacificação na execução da decisão judicial.

por Redação com Assessoria

Prefeitura de Porto Murtinho entrega computadores nas aldeias indígenas
SÍTIO A CRÍTICA, 14.03.2015

Fonte: PMPM



Foto: Divulgação

Uma equipe da secretaria municipal de educação de Porto Murtinho se deslocou pra as Aldeias Alves de Barros e Córrego do Ouro nesta ultima quarta-feira (11), com a finalidade da Organização das matrículas, transferências, e entrega de agendas enviadas pela Presidente do (SIMTED) Ana Maria.

No Colégio municipal Indígena Ejiwajegi, no município de Murtinho, são atendidos 219 estudantes da etnia Kadiweu do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A secretária de educação vem dando total apoio elaborando diretrizes para as escolas indígenas de Murtinho garantindo uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada, respeitando as especificidades dessas comunidades e perpetuando as tradições e cultura das diferentes etnias indígenas do município, as políticas públicas para as comunidades indígenas atendem a necessidade de diferenciar educação indígena, aquela propiciada pela comunidade, da educação escolar indígena, ofertada pelo estado ou município.

CONT.



É uma educação laica, articulando saberes tradicionais com os códigos da sociedade nacional.

Ainda são estabelecendo parcerias com outras instituições para atender demandas existentes nas comunidades indígenas. O professor Etelvino (Alves de Barros), agradeceu a presença da secretária Ana Paula na aldeia e disse que a reunião foi bastante proveitosa. "Pra nós a visita da secretaria é muito importante vindo à nossa aldeia, para conhecer de perto a realidade. Estamos confiantes de que seremos atendidos", ressaltou. O Centro de Acesso a Tecnologia - A Comunidade Indígena Kadiweu recebeu 02 computadores, 02 estabilizadores, 01 impressora. Os equipamentos serão para uso dos membros da comunidade e foram adquiridos com a parceria entre a Prefeitura de Porto Murtinho e a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Governo Federal. O Cacique Joel Virgílio agradeceu por sua aldeia ter sido contemplada: "eu agradeço o esforço de todos e estou muito contente em receber esse projeto aqui na aldeia, a nossa comunidade está crescendo e precisa ter acesso a mais informações", justificou.

Navio-hospital segue para Porto Walter, após 12 mil atendimentos

SÍTIO GLOBO.COM, 14.03.2015

*NAsH já atendeu comunidades de 4 municípios do interior do Acre.
Equipe de 21 profissionais atende ribeirinhos gratuitamente.*



Navio-hospital deve atender mais de 22 mil pessoas no interior do Acre (Foto: Tácia Muniz/G1)

Ancorado no Rio Juruá desde o dia 1 de fevereiro, o navio de Assistência Hospitalar (NAsH) Doutor Montenegro, da Marinha do Brasil, atendeu mais de 12 mil pessoas nos municípios acreanos de Cruzeiro do Sul, Marechal Taumaturgo, Rodrigues Alves e Mâncio Lima. O navio conta com uma equipe de 21 profissionais.

A embarcação segue no domingo (15), para Porto Walter para continuar os atendimentos. Depois, retorna ao Porto de Cruzeiro do Sul, onde permanece até o dia 10 de abril para atender as comunidades dos rios Campinas e Liberdade, localizadas às margens da BR-364, Santa Luzia do Pentecostes, Assis Brasil, Santa Rosa e São Pedro.

A expectativa é que neste período a equipe do navio realize 22 mil procedimentos médicos na

CONT.



região. Com consultas médicas, extração e restauração dentária, exames laboratoriais, mamografias, distribuição de medicamento e kits de saúde bucal.

O gerente administrativo da coordenação de Saúde no Juruá, Armédio Teles, acredita que a presença do navio na região é muito importante para as comunidades ribeirinhas, onde dificilmente as pessoas têm oportunidade de ficar frente a frente com um profissional da área de saúde.

“Essas comunidades são menos assistidas pela rede de saúde. Com a chegada do navio, a procura pelos serviços oferecidos é muito grande, pois oferece exames que ajudam no diagnóstico de doenças que afetam as pessoas”, afirmou o gerente.

Teles acredita que a previsão de atendimento seja superada, pois a equipe é formada por muitos médicos, dentistas e outros profissionais que trabalham de maneira intensa durante este período, fazendo sempre o melhor para quem procura os serviços oferecidos.



Vítimas da cheia de 2014 recebem cartão de benefício

SÍTIO RONDÔNIA DIRETA, 14.03.2015

As primeiras 616 famílias desalojadas pela enchente de 2014, no rio Madeira, com direito ao auxílio governamental para a cobertura de situações de risco social, receberão os cartões magnéticos a partir desta sexta-feira (13), conforme anunciou a diretora-técnica da Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos (Seae), Rosana Cristina Vieira de Souza.

"Antes, elas recebiam mediante a apresentação do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Agora, só o cartão credencia os responsáveis pelo recebimento dos recursos", alertou Rosana, informando que os cartões deste primeiro lote se referem ao pagamento de janeiro de 2015, considerando que, por determinação do Banco Central, o Banco do Brasil não poderá efetuar o pagamento dos benefícios via CPF.

Embora o rio esteja próximo da cota de 17 metros, moradores dos distritos de Calama, Nazaré e São Carlos, região de Porto Velho, adiaram a saída rumo aos abrigos organizados por igrejas na Capital, onde apenas uma família desembarcou na madrugada de quarta-feira (11) no Porto Cai n'Água. O barco Deus é Amor retornará na semana que vem à região do Baixo Madeira. No ano passado, nove municípios sofreram os impactos da cheia histórica.

Diversas famílias, embora já organizadas para transferir temporariamente a moradia, preferiram crer que a cheia de 2015 não repetirá o desastre natural do ano passado. Moradores do Baixo Madeira já foram convocados a informar situações de vulnerabilidade social aos seus representantes. Com isso, evitarão prejuízos ao provimento do benefício. "A renda familiar é importante, porque será utilizada no cálculo da distribuição dos recursos destinados aos detentores de renda de até três salários mínimos", explicou Rosana de Souza. A Seae ainda enfrenta fraudes ocorridas durante o pagamento anterior, por isso a diretora-técnica solicitou que as pessoas façam o cadastro de senhas dos cartões em agências do Banco do Brasil ou na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), próxima ao Palácio Rio Madeira.

O primeiro requisito para obter benefícios é ser atingido pela enchente. "Além de diversos casos de fraude em documentos, ainda há confusão em relação ao pagamento que o estado faz às famílias", disse Rosana, lembrando que ao todo são 7.440 famílias que receberam parceladamente o aluguel social. Como o decreto-lei de calamidade pública do Ministério da Integração Nacional teve o prazo expirado em 31 de dezembro, não há como o estado pagar o aluguel aos retardatários, que só receberam benefícios a partir de outubro.

O Grupo de Monitoramento e Acompanhamento Psicossocial de Famílias Atingidas por Enchentes enviou às áreas ribeirinhas psicólogos e assistentes sociais a fim de verificar composições familiares, situação de idosos, adolescentes, pessoas com necessidades físicas, renda familiar e condições de moradia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47/2015

Brasília, 16 de março de 2015.

“Em setembro já havíamos constatado que muitas famílias perderam tudo, mas em novembro veio o alento da nova lei determinando transferência de renda às famílias impossibilitadas de subsistir”, citou Rosana.

[Confira lista de beneficiados](#)



Promotor cobra mais rigor contra empresa Zamin

SÍTIO JORNAL DO DIA, 14.03.2015

O Ministério Público do Amapá (MP/AP), por meio das promotorias dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari reiteraram manifestação na ação cautelar contra a empresa Zamim, exploradora do minério de ferro. A ação tramita na Comarca de Serra do Navio. A ação pede o bloqueio dos bens da empresa e recolhimento do passaporte e indisponibilidade dos bens pessoais do principal acionista da mineradora, determinando o bloqueio de R\$ 200 milhões. Essa é uma Ação Cautelar Incidental contra a Zamin Amapá Mineração S/A, por poluição do igarapé William, e consequente impacto ambiental em outros três igarapés (Sentinela, Taboca, Jornal e Mário Cruz), localizados nos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari.

Segundo o Ministério Público, laudos de órgãos ambientais confirmam a poluição dos igarapés. De acordo com a ação "Além do mais, os ribeirinhos, em virtude da lama acumulado nas margens dos igarapés abandonaram seus imóveis". Na ação principal os laudos ambientais concluíram que houve danos ambientais, especialmente pela empresa demandada que contribuiu com cerca de 60% dos danos causados.

O MP informou que entre os pedidos constantes na ação, estão a recuperação dos igarapés, o pagamento de multa no valor de R\$ 15 milhões a ser recolhida ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (Ferma), pagamento de danos materiais e morais aos ribeirinhos, custeio de auditoria ambiental e adoção de medidas de controle ambientais.

Em março de 2014, a Zamin interrompeu por 90 dias as atividades na Mina 66, em Pedra Branca do Amapari. Nessa ocasião, a mineradora revelou, que e mil funcionários receberiam férias coletivas. A alegação para tal decisão se deu devido "o término da capacidade de estocagem de minério de ferro, tanto em Pedra Branca quando em Santana, e o atraso nas obras de reconstrução do terminal de embarque de minério em Santana". Porém, esta estrutura veio a desabar em 28 de março, arrastando caminhões, guindastes e o minério estocado para o rio. Tal acidente acabou ocasionando em quatro mortes e outros desaparecidos.

O Promotor de justiça da Comarca de Serra do Navio, Wueber Penafort, relata que com a paralisação das atividades devido este acidente no Porto de Santana, teme que no final da ação a Zamin não tenha recursos para ressarcir os afetados pela poluição do igarapé William. "Entramos com uma exploração cautelar, que é uma ação que visa proteger a ação que está ocorrendo no judiciário. Nessa ação cautelar de janeiro pedimos que fossem bloqueados todos os bens da Zamin, os saldos bancários R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)". O Promotor ainda ressalta que "além disso, nós entendemos que o Sr. Pramod Agarwal (principal acionista da empresa), que ele como bilionário da mineração, nós pedimos para o

CONT.



Judiciário que desconsidera-se a pessoa jurídica, buscar no patrimônio dele uma reserva de valores que possa ressarcir os trabalhadores. Pedimos bloqueio das contas dele”, diz Penafort . Ela ainda aguarda que com base nestes argumentos estão a convencer o Magistrado de que a necessidade de invadir o recurso pessoal do empresário para que este patrimônio reservado e seja retido o passaporte dele.

Ação do MP

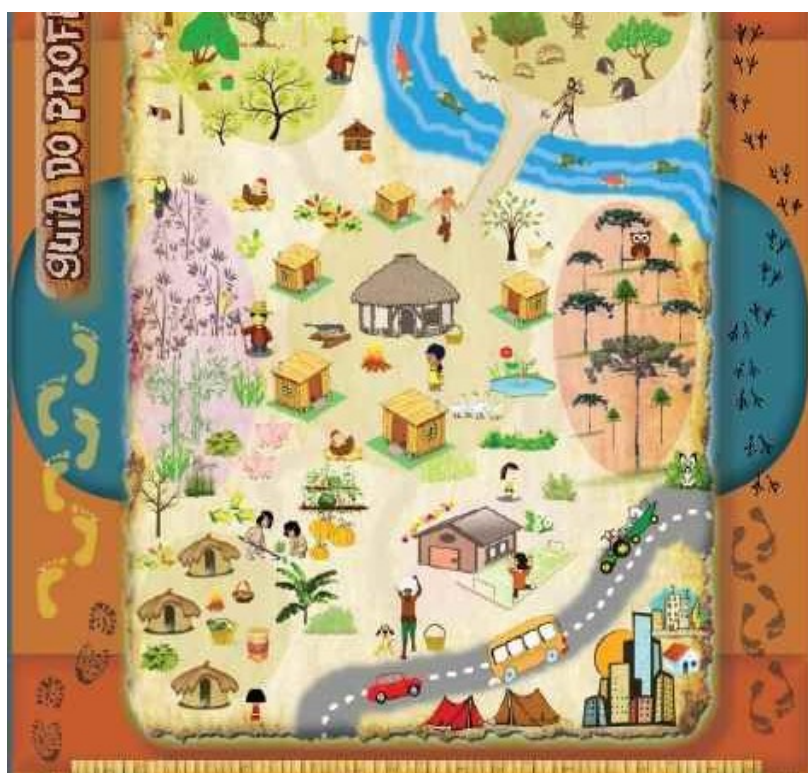
O Promotor também destaca a ação do Ministério Público sobre a deliberação para novas empresas atuarem no Estado.

“Existe a possibilidade do Ministério Público sentar com os órgãos que deliberam licenças ambientais, carta de liberação sentar, quando a empresa requerer pode ser feito desta forma você condicionar a liberação destas atividades a uma garantia de ressarcimento prévio.

As novas empresas que virão para prosseguir nesta nova deliberação, acho que deveríamos reunir com os órgãos ambientais e nos precaver de futuros problemas desta natureza”, finaliza o Promotor.

Divulgação do Livro "Moradia Indígena e seus Entornos"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2015



Comin Sustentabilidade

Tanto o lugar como o modo de viver não são iguais para todos! A partir dessa afirmação é que o livro 'Moradia Indígena e seus Entornos' nos introduz para alguns aspectos interessantes do modo de vida de comunidades tradicionais pertencentes aos povos Kaingang e Guarani – habitantes da região Sul e de outras regiões do Brasil e da América Latina.

Apresentando alguns dos significados e funções que a moradia e seus entornos representam para as famílias indígenas, o livro destaca a importância da cultura de cada povo nas escolhas do local para se estabelecer, nas formas de se adaptar ao meio ambiente, de perpetuar as relações sociais entre parentes e de estabelecer possibilidades de trocas e diálogos com a sociedade não indígena, além de valorizar o sentido simbólico-espiritual que permeia vários desses processos.

CONT.



No seu conteúdo, encontramos o registro da existência de dinâmicas e lógicas que fazem com que muitas famílias indígenas ainda hoje continuem praticando uma mobilidade ou circularidade própria, evidenciando a existência de maneiras específicas de caminhar no mundo, entre as diversas localidades – aldeias e acampamentos, como parte fundamental e processual de formação da identidade individual e coletiva, revelando uma concepção territorial muito diferente à divisão político-geográfica atual dominante.

A obra motiva o leitor à reflexão crítica sobre questões como: fronteiras estabelecidas, conflitos de acesso a outros espaços, vida útil das habitações, origem e impacto da matéria-prima utilizada e, principalmente, sobre a diferença entre processos comunitários e autônomos de construção versus processos dependentes e executados por pessoas externas à comunidade indígena.

Fruto do trabalho conjunto entre professores de três escolas indígenas – duas Kaingang e uma Guarani, e do acompanhamento e registro de atividades relacionadas à temática em aldeias e acampamentos assessorados pelo Conselho de Missão entre Povos Indígenas – COMIN na região Sul, o material visa contribuir para uma melhor compreensão dos processos de ocupação territorial com autodeterminação e afirmação cultural.

Escola Estadual Indígena de E. F. Faustino Ferreira Doble
Escola Estadual Indígena de E. F. Sepé Tiaraju
Escola Estadual Indígena de E. M. Fág Mág
Conselho de Missão entre Povos Indígenas

Versão em PDF [AQUI](#)



Duas toneladas de donativos chegam a Rio Branco neste fim de semana

SÍTIO GLOBO.COM, 14.03.2015

Doações foram arrecadadas pela Secretaria de Saúde de Cruzeiro do Sul. Alimentos, roupas e água potável estão entre as doações.

Mais de duas toneladas de donativos arrecadados pela campanha Saúde Solidária, organizado pela Secretaria de Saúde de Cruzeiro do Sul, devem chegar a Rio Branco neste fim de semana para as vítimas da cheia do Rio Acre. As doações foram entregues aos organizadores da campanha Juruá Solidário, responsáveis pelo envio.

A campanha Saúde Solidária mobilizou médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, que durante uma semana percorreram as ruas da cidade pedindo ajuda às pessoas afetadas pela cheia dos rios do estado. A população mostrou sua solidariedade aderindo ao movimento.

Para Cristina Messias, uma das coordenadoras da campanha, o resultado é considerado positivo, pois as pessoas doaram sem fazer questionamentos.

“Infelizmente trabalhamos apenas uma semana, devida às chuvas que também castigaram a cidade de Cruzeiro do Sul, mesmo assim a gente avalia como muito positiva. Arrecadamos muita roupa, alimentos, água, fraldas descartáveis, colchões e até utensílios domésticos. Queremos agradecer a comunidade. Os profissionais da saúde foram sempre muito bem recebidos nas casas”, frisou.



Seis medidas provisórias terão comissões instaladas na próxima terça-feira
SÍTIO CENÁRIO MT, 15.03.2015

Seis comissões mistas destinadas ao exame de Medidas Provisórias serão instaladas na próxima terça-feira (17). Entre as MPs estão as duas mais polêmicas relacionadas ao ajuste fiscal. Elas tratam das mudanças na concessão da pensão por morte e do auxílio doença (MP 665/2014) e do endurecimento das regras do seguro-desemprego e do abono salarial (MP 665/2014). As instalações, com a eleição de presidentes e vice-presidentes das comissões, terão início às 14 horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

As MPs 664 e 665 têm gerado críticas dos parlamentares, que acusam o governo de reduzir direitos trabalhistas e previdenciários em nome do ajuste fiscal. O governo, por outro lado, argumenta que as mudanças são necessárias em razão de vários fatores, como o número de fraudes que geram o recebimento indevido dos benefícios. A intenção do Executivo, com as alterações, é economizar cerca de R\$ 18 bilhões por ano a partir de 2015.

Ajuste fiscal

A MP 664/2014 prevê a carência de 24 meses de contribuição para a concessão de pensão por morte. Antes essa carência não existia e o beneficiário tinha o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do segurado. Também passa a valer o tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável para que o cônjuge receba a pensão. Além disso, o texto prevê uma nova forma de cálculo, que reduz o valor dos benefícios. Quanto ao auxílio-doença, a MP prevê um teto para o valor do benefício para evitar que fique acima do último salário que o segurado recebia.

Já a MP 665/2014 aumenta o rigor para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego e do seguro-defeso dos pescadores artesanais. Em relação ao seguro-desemprego, a carência para a primeira solicitação passa de seis para 18 meses. Na segunda solicitação, o período de carência será 12 meses. A partir do terceiro pedido, a carência voltará a ser de 6 meses. A MP também passa a impedir o acúmulo do seguro-defeso, benefício dos pescadores artesanais, com outros benefícios assistenciais e previdenciários. Outra mudança é o aumento no tempo de carteira assinada para receber o abono salarial.

Outro texto que é parte do pacote de ajuste fiscal também terá sua comissão instalada na terça-feira. A MP 668/15, eleva de 9,25% para 11,75% as alíquotas de contribuição ao PIS/Pasep e da Cofins sobre a importação de mercadorias. As novas alíquotas valerão a partir do dia 1º de maio. A expectativa do governo é que, com a medida, a arrecadação federal neste ano seja elevada em R\$ 694 milhões. A medida traz percentuais específicos, diferenciados, para alguns tipos de produtos, como medicamentos e pneus.

Outras MPs

CONT.



A MP 663/2014 aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de incentivos financeiros repassados pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Com o novo teto, os benefícios concedidos por meio de baixas taxas de juros às estatais passam a totalizar R\$ 452 bilhões no período de novembro de 2009 a dezembro de 2015. O objetivo, segundo o governo, é auxiliar o BNDES atender à crescente demanda pelo aumento da competitividade da indústria brasileira.

Também com instalação de comissão prevista para terça-feira, a MP 661/2014 autoriza a União a conceder empréstimo de até R\$ 30 bilhões ao BNDES. A MP também estabelece que o superávit financeiro do governo federal poderá ser destinado "à cobertura de despesas obrigatórias". Superávit é todo o dinheiro economizado ou arrecadado a mais pelo Tesouro Nacional durante um ano. Geralmente, essa sobra de recursos é gasta no ano seguinte, mas respeitando estritamente a vinculação da receita, ou seja, cada determinado montante excedente só pode ser aplicado na área a que estava interligado de acordo com a legislação.

A MP 660/2014, que permite a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima a permanência nos quadros de pessoal da União é outra com instalação prevista para a próxima semana. A reintegração dos servidores ao quadro federal foi autorizada pela Emenda Constitucional 79, promulgada em maio de 2014. Os servidores reintegrados farão parte do quadro em extinção da administração federal. Eles continuarão prestando serviço aos estados ou municípios, na condição de cedidos, até que sejam aproveitados em órgão ou entidade da administração federal.

Com informações da Agência Câmara



Índios lutam para salvar 2 línguas da extinção no interior

SÍTIO ISA, 15.03.2015

Três moradoras idosas da tribo Vanuíre, em Arco-Íris, são referência de projeto que transmite idiomas às novas gerações

Edgar Maciel - O Estado de S. Paulo

"Ithók rerre nógam". As três palavras da língua crenaque poderiam ser traduzidas para: "A língua ainda resiste". Na tribo Vanuíre, em Arco-Íris, no oeste paulista, 200 índios de duas etnias tentam manter a tradição viva. Por lá, os idiomas kaingang e crenaque estão em processo avançado de extinção. Em toda a tribo, apenas três índios idosos são falantes fluentes dos dialetos. Agora, os esforços se concentram para que as crianças voltem a falá-los. Em 1500, especialistas estimam que havia 1.175 línguas no País. Hoje, são cerca de 180 dialetos vivos, mas todos em risco de extinção, segundo a Unesco. "A grande maioria das línguas desapareceu com a própria população falante, principalmente por causa dos conflitos por terra", diz o professor Wilmar D'Angelis, doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Juvelina Krenak, de 110 anos, é a única índia que fala fluentemente o grupo linguístico macro-jê, dos indígenas boruns. Naturais do norte de Minas, são popularmente conhecidos como krenaks. Eles habitavam uma região rica em ouro e, após conflitos com garimpeiros, deixaram a área. Em 1940, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), atual Funai, enviou parte da população para São Paulo.

Os krenaks se tornaram maioria em Vanuíre - são cerca de 140 índios - e dividem o dia a dia na tribo com os kaingangs, que foram os primeiros a habitar a região, em 1919. Eram mais de 4 mil e hoje não passam de 20 representantes e apenas Ênia Kaingang, de 82 anos, e Dirce Kaingang, de 80, mantêm a língua da etnia viva.

Silêncio. Embora fluente, o trio preferiu deixar os idiomas em silêncio. Por anos, tiveram medo de repassá-los às novas gerações. "Isso foi provocado por uma política de Estado. O SPI proibia as populações de falarem suas línguas. A coerção era a principal arma. Os índios chegavam a ser presos se ousassem se comunicar na língua materna", conta o arqueólogo Robson Rodrigues.

Lia Krenak, de 58 anos, é filha de Juvelina e, na infância, via os pais viverem com o medo de ensinar a cultura indígena. "Eles (os brancos) nos obrigaram a usar roupa na aldeia, não podíamos fazer pratos típicos. Meus pais não falavam crenaque perto da gente para a gente não aprender", afirma. "É triste ver a história se perder."

CONT.



Escolas. Quem chega à tribo Vanuíre não vê mais ocas. A aldeia é uma vila, com casas com energia elétrica, internet e televisão. Carros e motocicletas chegam a formar um trânsito contínuo pelas ruas de chão batido. A igreja católica deu lugar aos cultos evangélicos na capela construída em 2012.

"O esquecimento das línguas já não acontece mais pelo extermínio dos povos, mas por uma imposição cultural. É como se você fosse obrigado a desistir de si, da sua história", diz Niminon Suzel Pinheiro, historiadora e especialista em tribos indígenas da Unip.

No centro da aldeia está a escola, construída em 2005. Para krenaks e kaingangs, simboliza a recuperação do tempo e da cultura perdidos. Cinquenta alunos frequentam a instituição, que tem um currículo próprio, adaptado para os índios.

Lidiane Krenak, de 27 anos, foi estudar Letras fora da tribo, mas foi dentro dela que buscou o conhecimento necessário para não ver o idioma morrer. "Fizemos um trabalho de convencimento com os índios mais velhos, para eles repassarem a língua, que é ensinada na sala de aula. Só eles poderiam transformar o medo do passado em esperança", diz.

Cinco professores indígenas, acompanhados de especialistas em Linguística e da consultoria de D'Angelo, transformam os fonemas em vocábulos escritos. "É um processo que demora pelo menos 20 anos para dar frutos. Para nossa surpresa, já vemos as crianças entendendo o que os mais velhos falam e arriscando algumas palavras. É uma sobrevida que as duas línguas ganharam", comemora D'Angelo.

GLOSSÁRIO

Crenaque

ambim: noite

arerré: bonito

areré ambimbim: bom dia

bacanã: passarinho

chtom: árvore

curré: jacaré

thé pú: eu vou chorar

irminham iapé: vamos beber água

thé minha pranmo: eu estou com sede

Kaingang

akanené: acabar

a íx: nós

ajoro: anta

brene: cinza

ka: árvore

kaél: papagaio

kanhére: macaco

de: animal

CONT.



dó: flecha
ején: comida
oa: olá
langen dó kaxa: meio-dia
nha: dente
nhá: mãe

'Não tenho mais ninguém para falar', diz idosa em tribo indígena
Aos 110 anos, dona Juvelina Krenak tenta manter sua língua viva

Na certidão de nascimento de Juvelina Krenak está escrito: 20 de outubro de 1935. Oficialmente, seriam 80 anos. Dona Juvelina, no entanto, tem 110 anos de idade. Só foi registrada quando ela, o marido e os 12 filhos foram retirados da área indígena no norte de Minas e removidos para São Paulo, na tribo Vanuíre. Hoje, vive sozinha em uma das casas da aldeia e é a única falante da língua crenaque no Estado.

A índia é considerada a consultora oficial dos professores e pesquisadores que trabalham para recuperar o idioma. Mas, na presença de estranhos, disfarça e é uma mulher de poucas palavras. "Não sei quase nada de crenaque. Não tem mais ninguém para conversar comigo e deixei de lado. É melhor esquecer", diz.

O clima é tranquilo, mas pela quantidade de pessoas, a PM não descarta a possibilidade de tumultos

Mentir é uma forma de proteção. Repressão e agressão são duas palavras que Juvelina lembra com frequência sobre quando tentava se comunicar em crenaque com os outros índios. "No começo, ela resistia. Falava em crenaque com o meu pai, meus tios. Mas, com tanto sofrimento, desistiu. Guardou as palavras para si", conta a filha Lia Krenak, de 58 anos.

A árvore genealógica da centenária índia tornou-se grandiosa com o passar dos anos. Entre filhos, netos, bisnetos e tataranetos são mais de 140 pessoas. Nenhum deles aprendeu a língua. Todos foram "protegidos". "Eu não quero que eles sofram. São minha família, a quem eu quero bem", diz.

A última vez em que Juvelina falou a língua fluentemente foi quando uma prima distante, que mora em Minas, visitou a tribo Vanuíre, em 2004. "Consegui lembrar da minha infância, dos meus pais que morreram quando eu era pequena, de como a minha vida era antigamente", diz ela.

Fim do silêncio. Para quebrar o ciclo do silêncio e repassar o conhecimento do idioma foi necessário um longo processo de convencimento. A neta Lidiane Krenak, de 27 anos, visitou a avó durante dois anos, até ela concordar em voltar a falar a língua indígena. "Tentava

CONT.



conversar em crenaque com a vó e ela insistia no português. Até que um dia ela de repente começou a contar histórias do passado na nossa língua."

Hoje, Juvelina passa os dias vigiando a pequena plantação de milho, brinca com os sete gatos e cozinha os pratos típicos da tribo. À tarde, senta na varanda e espera a visita de algum parceiro de prosa. "Se alguém senta nessa cadeira não sai em menos de duas horas. Vai ter uma aula com um dicionário ambulante", brinca Lidiâne.

OESP, 15/03/2015, Metrópole, p. A30

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,indios-lutam-para-salvar-2-linguas-da-extincao-no-interior,1650877>

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,nao-tenho-mais-ninguem-para-falar-diz-idosa-em-tribo-indigena,1650883>

Sônia Guajajara é uma das 21 mulheres que fazem um Brasil melhor

SÍTIO O INDIGENISTA, 15.03.2015



Sônia Guajajara

A Revista Brasil Post elegeu a líder indígena nascida no Maranhão como uma das 21 mulheres que estão fazendo do Brasil um país melhor e você precisa conhecer.

Sônia é porta-voz do movimento indígena brasileiro, coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e é reconhecida internacionalmente como uma forte liderança dos direitos humanos no Brasil. No ano passado, de eleição, foi ponto chave na movimentação do debate político em torno da causa indígena, se posicionando principalmente no embate em torno da PEC 215, sobre a demarcação de terras indígenas no País. É ou não é uma mulher poderosa?

Fonte: http://www.brasilpost.com.br/2015/03/08/mulheres-poderosas_n_6801806.html



Assoreamento do Rio São Francisco prejudica pesca em Penedo, Alagoas

SÍTIO GLOBO.COM, 15.03.2015

*Vendedores do mercado do município sofrem com a baixa dos pescados.
Secretaria de Agricultura diz que última cheia foi aconteceu em 2006.*

Em Penedo as consequências do assoreamento no Rio Francisco são visíveis. Mesmo distante dá para notar os bancos de areia no leito do Velho Chico até mesmo quando a maré está cheia. O problema atrapalha a principal atividade dos ribeirinhos: a pesca.

É um cenário visto com tristeza pelos pescadores. Com um volume de água tão baixo, os peixes não conseguem se reproduzir. "O rio era mais cheio, tinha mais água. Hoje não tem mais peixe. As hélices das embarcações ainda quebram no reboco de areia", se queixa o pescador Adail Carlos Sacramento.

O reflexo dessa situação implica no Mercado do Peixe, que é o mais tradicional ponto de vendas de peixe e pescado do município. Nas barracas de venda há peixes, mas eles não vieram do Rio São Francisco e sim de cativeiros. "O peixe do rio está difícil. Venho procurar e não encontro por aqui", conta o aposentado José Rivaldo dos Santos.

Segundo a vendedora do local, Rejane Ferreira, se o rio estivesse em sua normalidade, as vendas subiriam em até 80%. "É o piau, a xira, camurupim, robalo. E nada disso chega mais para a gente. Vamos ver quando liberarem a pescaria", diz.

O presidente da Colônia de Pescadores de Penedo, Alfredo Fernandes, disse que o período do defeso, quando a pesca é proibida, passou de 60 para 120 dias. A preocupação é com a Semana Santa, quando a procura aumenta.

"A dificuldade é grande por conta do rio estar baixo e não ter força. A gente coloca uma rede e o rio não tem força de arrastar. Ele fica prendendo no mato, no lodo, porque a pouca força da água faz com o que dificulte a pesca para o pescador", explica Fernandes.

Baixa vazão

Para o secretário de Agricultura de Penedo, Ricardo Góes, o longo sem cheias no São Francisco é a principal causa da falta de peixes no rio. "Todo pescado consumido no município, só 15 a 20% vem do Rio São Francisco. 80% do pescado consumido vem de tanques rede e tanques escavados".

"A condição de pescadores que margeiam o rio e que vivem da pesca ficam hoje com

CONT.



dificuldade de fazer essa pescaria e sobrevivência das famílias. É preocupante. A última cheia que tivemos no Rio São Francisco foi por volta de 2006 e sem essa condição de cheia, o rio não produz”, ressalta o secretário.

Uma das alternativas é a criação de peixes em tanques rede. Em uma barragem de um dos afluentes do rio, no município de Igreja Nova, vizinho a Penedo, piscicultores de uma associação criam tilápias. É uma forma de manter o mercado abastecido e garantir o sustento das famílias.

“No rio não tem mais peixes e no rio agora a gente coloca esses tanques para melhorar a situação da nossa renda”, contou o presidente da Associação de Piscicultores da Barragem Boacica, Orlando Fernandes.



Boletim de Notícias - Edição nº 47/2015

Brasília, 16 de março de 2015.

Câmara fará sessão itinerante em fazenda ocupada por índios

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 15.03.2015

Será montada uma tenda e improvisado um plenário

O presidente da Câmara Municipal, David Olindo marcou para terça-feira (17), às 16h, a primeira das sessões itinerantes.

A sessão inaugural, em que só os moradores terão direito de se manifestar para apresentar suas reivindicações será numa das fazendas ocupadas pelos índios terena, parte dos 15 mil hectares que eles incorporaram à Reserva Indígena.

Será montada uma tenda e improvisado um plenário numa das propriedades que os indígenas batizaram de Aldeia Indígena Pahó Sini.

Crianças indígenas aprendem com mestres pinturas e histórias que são relíquias
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 15.03.2015



Ancião ensina menino os segredos da pintura Terena. (Foto: Reprodução/Youtube)

Transmitir conhecimento por meio de livros didáticos é prática comum na maioria das escolas, mas quando a história não está documentada, talvez não como deveria, é preciso recorrer a outros métodos. Alunos indígenas que moram na Aldeia Ipegue, em Aquidauana, a 135 quilômetros de Campo Grande, tem a oportunidade de aprender algumas coisas diretamente com os mestres.

No final do ano passado, por exemplo, um grupo de aproximadamente 250 estudantes, da educação infantil ao ensino médio, participaram de uma oficina de pintura corporal Terena, ministrada por anciões, professores dessa arte, que ensinam as novas gerações na prática.

O encontro, que atraiu acadêmicos indígenas e moradores da comunidade local, foi apenas uma das ações desenvolvidas na Escola Municipal Feliciano Pio, que fica em Aquidauana. A oficina faz parte do projeto "Koxunákopoti Vitúkeovo" (Reafirmando Nossa Identidade), desenvolvido pela professora e diretora Mariana Alexandra da Silva, em parceria com o agente administrativo do colégio, Elciney Paiz Flores.

CONT.



Os anciões, que são moradores da aldeia, ensinaram o passo-a-passo da arte na própria escola. Em vídeo divulgado no Youtube, um deles aparece pintando um garoto no rosto, peito, pulsos, barriga e nos pés, com tintas que, em um primeiro olhar, lembram argilas. Eles usaram, explica Elciney, materiais encontrados na própria reserva.

Valorização da cultura - As crianças que participaram da oficina realizaram, depois, uma apresentação de dança usando a pintura tradicional. Na ocasião, mestres passaram os significados de cada passo e movimento da coreografia.

Mas não teve só isso. "Foram realizadas outras atividades que estavam previstas no "II Koxunákopoti Vitúkeov", que teve como enfoque principal a valorização da cultura Terena da Aldeia Ipegue", comenta.

Elciney reforça que o objetivo do projeto é mostrar a riqueza que a comunidade possui e as histórias que, nas palavras dele, são relíquias e, de fato, não estão presentes nos livros didáticos.

A intenção é, também, reconhecer as "várias lideranças que lutaram e resistiram bravamente durante todo o tempo, mantendo e preservando a língua, cultura, dança, pintura, os mitos e toda a sabedoria" que hoje está presente em vários campos da ciência.

"Estamos trabalhando para que sempre se realize projeto dessa natureza, seja na escola ou na comunidade local", afirma, ao dizer que eventos assim acontecem com frequência e sempre são promovidos por indígenas.



Urgente: Famasul contrata e quer despejo coletivo de povos Guarani-Kaiowá, Terena e Nandeva (MS)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.03.2015

Por Tereza Amaral, em Amazônia Legal em Foco

A suspensão do despejo da Terra Indígena Kurusu Ambá, cuja liminar de reintegração de posse contra o povo Guarani-Kaiowá foi derrubada pelo próprio presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski – suspendeu provisoriamente, em caráter de urgência – ao que tudo indica enfureceu os fazendeiros do MS e sua entidade representativa (Famasul). Segundo informações enviadas a este [Blog](#), o agronegócio deve descarregar sua fúria nas próximas horas sob forma de “disparos” de liminares com pedidos de despejos coletivo.

De acordo com a fonte que será mantida sob sigilo, estão previstas, num primeiro momento, ações contra as comunidades Arroyo Korá, Gwyrá Kora, Limão Verde, Sombreiro e Kurusu Ambá, envolvendo em bloco três das nove etnias daquele estado: Guarani-Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena. O tratorado marcha em cima de centenas de famílias que vivem na Faixa de Gaza Indígena sob a mão (in)visível da mídia que parece desconhecer que o agrocrime mata pela fome, tiros de armas de fogo, atropelamentos propositais, voos rasantes de aviões jogando agrotóxicos nas aldeias, espancamentos e tortura sob um tecido esgarçado e manchado com o sangue indígena. E o que é pior: acobertando a impunidade dos poderosos donos das fazendas que incidem sobre as terras indígenas.

Mas a Resistência dignamente também marcha sustentada pela necessidade do maior de todos os direitos: o da vida que só lhes é possível em seus lugares sagrados (tekohas). Líderes dos Conselhos da Aty Guasu e do Povo Terena são incansáveis e lutam pacificamente – mesmo em condições desproporcionais – bravamente contra o novo genocídio: judiciário.

Eles contam com apoiadores de entidades como o Cimi, ISA, MPF, dentre outras, e da mídia alternativa. além de ativistas dos quatro cantos do mundo que ecoam o eco da sobrevivência.

Dessa forma, e incansáveis, estão conseguindo frear as perversas e sistemáticas ações de despejo. Isso sem falar que, cada vez mais, aumenta o número de simpatizantes da causa que atendem aos apelos feitos pela internet e quase que diariamente enviam e-mails para as autoridades do Brasil, solicitando a suspensão das medidas judiciais. Na rota inversa, o governo federal ainda insiste em não demarcar os tekohas.

Leia sobre as comunidades que estão no alvo do agronegócio em [Tekoha](#), página do MPF/MS.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Tereza Amaral.
Foto capturada do site do Ministério Público Federal no MS.



Madeireiros invadem terras de índios que vivem isolados na Amazônia

SÍTIO GLOBO.COM, 15.03.2015

Segundo a ONG inglesa Survival International, defensora de tribos no mundo todo, o povo Awá é o mais ameaçado de extinção do planeta.

Você sabia que o povo mais ameaçado de extinção em todo o mundo vive no Brasil? São índios, alguns deles vivem isolados na Floresta Amazônica e jamais tinham feito contato com o homem branco. Agora, imagine o susto, a sensação de pavor desses índios, quando eles perceberam a presença de madeireiros invadindo o território deles, dando tiros, derrubando árvores. Só restou correr desesperadamente em busca de socorro.

Ihoro conhece todos os sons da floresta. Mas aquele barulho ele nunca tinha escutado antes. Nem nunca tinha visto aquele tipo de pessoa. Homens brancos, invasores, dispostos a destruir e matar. Foi preciso fugir, abandonar a sua terra para sobreviver.

O Fantástico foi ao noroeste do estado do Maranhão e seguiu para uma aldeia da tribo Awá. Pela primeira vez uma equipe de televisão foi autorizada a chegar tão perto de um índio que até alguns dias atrás nunca havia feito contato com a civilização. Ihoro, nome que na língua tupi quer dizer "gavião real", tem cerca de 20 anos.

Uma aparência rude, mas muita doçura no olhar. Roupas ainda causam estranhamento. Ele vivia isolado em um pedaço da Floresta Amazônica, mas acabou encurralado por madeireiros. Há três meses, foi resgatado por um grupo de índios caçadores e levado para uma aldeia.

Cacique Macumã: O Ihoro contou a história assim: 'atirou tiro de espingarda atrás de mim'.

Fantástico: Ihoro teve medo?

Cacique: Tem medo, medo. Ihoro tem medo.

Namatiá passou pela mesma situação. Há seis anos, teve que deixar a vida nômade e morar em uma aldeia.

"Eu morava com meus três irmãos na floresta. Nós fugimos dos forasteiros para as profundezas da floresta", conta Namatiá.

Os Awá estão espalhados por quatro terras indígenas: Alto Turiaçu, Awá, Caru e Araribóia. A mais devastada, a Awá, perdeu mais de 35% do território de 2010 a 2013.

"Sem a natureza, sem a mata, nós também acaba", diz o índio Awá Tiparajá.

Eles têm uma dependência profunda da floresta. Nela caçam, colhem frutos. Sem as árvores, a

CONT.



mata, passam fome. Segundo a ONG inglesa Survival International, defensora de tribos no mundo todo, o povo Awá é o mais ameaçado de extinção do planeta.

“Primeiro porque eles são nômades e os povos nômades são muito vulneráveis porque ninguém realmente sabe o que está acontecendo porque eles estão bem escondidos dentro da floresta. Então é muito fácil derrubar a floresta e até matar eles. Está acontecendo. Também porque eles são muito poucos em número”, diz a historiadora da ONG, Fiona Watson.

Hoje, de acordo com a Fundação Nacional do Índio, a Funai, existem apenas 400 Awás.

“Se a gente considerar que o Brasil é um dos últimos dos países com a presença de povos indígenas isolados, dentro do Brasil o povo Awá-Guajá estaria no grau de alta vulnerabilidade, ou seja, ameaçado realmente de um crime de genocídio, que está sendo perpetrado por essas atividades ilícitas, de exploração de madeira”, destaca Carlos Travassos, coordenador geral de índios isolados da Funai.

Ameaçados e condenados ao desaparecimento, eles gritam por socorro. E um contra-ataque foi montado pelo Ibama e pela Funai. Durante alguns dias, nossa equipe acompanhou uma Operação do Grupo Especial de Fiscalização do Ibama. E a equipe embarcou no helicóptero.

Do alto observa-se os danos, os madeireiros já não abrem grandes clareiras, apenas derrubam as árvores que tem maior valor comercial. Assim, mesmo com as imagens de satélite, nem sempre é possível estimar o tamanho real do desmatamento.

“Há que se endurecer as leis ambientais. Os crimes ambientais dão no máximo quatro anos de prisão, geralmente as pessoas que são condenadas, passam a entregar cestas básicas, a pagar serviços comunitários”, explica o diretor de proteção ambiental do Ibama, Luciano Evaristo de Menezes.

Por uma estrada os madeireiros escoam boa parte das toras cortadas na floresta. Por isso, a equipe de fiscalização decidiu montar um acampamento e passar a noite para tentar interceptar os caminhoneiros. Choveu forte a noite toda. Essa e outras estradas viraram lamaçais. Caminhoneiros não arriscaram passar pelo local, mas outras trilhas revelam marcas recentes de pneus e levam os agentes aos cenários dos crimes. Máquinas, um acampamento inteiro na carroceria de um caminhão. Em outro ponto, o acampamento foi abandonado às pressas.

As toras são transportadas num caminhão caindo aos pedaços. Não tem placa. O veículo, segundo a equipe de fiscalização, está com o chassi adulterado - foi roubado em algum canto do país. E dentro da cabine, a gente vê uma curiosidade: o tanque de combustível feito totalmente no improviso.

Até plantações de maconha foram encontradas em terras indígenas. A estratégia é destruir tudo, inclusive grandes serrarias. No entorno e dentro das terras Awá, o Ibama já fechou 173 delas. Esta já havia sido alvo da fiscalização no ano passado.

CONT.



"O objetivo é descapitalizar o infrator. Na verdade são criminosos que estão roubando e receptando madeira da terra indígena e da unidade de conservação. Eles sentem no bolso prejuízo", diz o agente ambiental do Ibama Roberto Cabral.

O dono do negócio, quem realmente lucra com o a extração ilegal, se esconde. Na linha de frente, os agentes encontram apenas pessoas vítimas de exploração e trabalho escravo.

"As populações do entorno, as populações não indígenas são muito carentes, há uma dificuldade de geração de renda dessas populações que acabam se envolvendo também com atividades ilícitas", destaca Carlos Travassos, coordenador geral de índios isolados da Funai.

"Dessa vez, trabalhei trinta dias de graça. Não me pagaram aqui. Queria me espancar no barraco aqui ainda. Me bater no barraco", diz um madeireiro.

Fantástico: Tinha muita gente trabalhando com o senhor?

Madeireiro: Tinha mais ou menos umas vinte e cinco pessoas trabalhando aqui.

Fantástico: Cada pessoa cortava, então, quantas árvores?

Madeireiro: Um máximo de 15 árvores, 15, 20 árvores.

Somente nesta frente clandestina, cerca de 500 árvores foram derrubadas por dia.

"Os índios são os primeiros defensores da floresta, quer queira, quer não, os madeireiros temem os índios. Então devemos preservar o índio e preservar a floresta", diz o diretor de proteção ambiental do Ibama, Luciano Evaristo de Menezes.

"Nós estamos aqui para lutar pela nossa mata, pela nossa floresta, que é isso que nós vamos deixar para os nossos filhos e para os nossos netos", diz a índia.

Não são só os Awá que se sentem ameaçados na região. Os Guajajaras perceberam que precisam se unir para tentar frear o desmatamento na terra indígena. Eles criaram um grupo pequeno, formado por 24 índios. São os chamados guardiões, que vão vigiar e fiscalizar os pontos ilegal de exploração de madeira.

"Eu já fui ameaçado várias vezes, mas isso não vai me intimidar", afirma o cacique Antonio Guajajara.

Em menor número, os Awá se mostram mais frágeis. "Os brancos mataram minha mulher e meu filho. Eles foram mortos na floresta com uma arma feita de ferro. Eu era pai e um dos meus filhos morreu", conta um índio.

Mas há uma palavra na língua branca que resume o que eles estão dispostos a fazer: resistir.

"Desaparece toda uma visão de mundo, toda uma história de um povo, seus conhecimentos, mas acho que também desaparece uma parte da riqueza e da diversidade da humanidade. Todos nós perdemos", destaca a historiadora da ONG, Fiona Watson

CONT.



Ihoro e a família, que moravam longe da civilização, aprendem agora a viver em grupo, mas sentem as consequências dessa aproximação. A mãe e a tia estão doentes, por isso não pudemos chegar perto delas.

“Essa situação de pós-contato é sempre muito complicada. Elas têm uma saúde muito frágil, falta de imunidade. Várias doenças que pra nós são simples, então, eles contraem uma série de resfriados diretamente. A gente diz que os dois primeiros anos são os dois primeiros anos mais vulneráveis no que diz respeito a questão da saúde”, diz Carlos Travassos, coordenador geral de índios isolados da Funai.

Na aldeia, Ihoro já encontrou um amor. Uma índia mais velha ensina ao rapaz os desafios que terá pela frente. Será que ele pensa em voltar a viver no meio da floresta?

“Acho que ainda é cedo para dizer. A gente tem a expectativa também que ele não venha pra cá de forma permanente, mas que ele possa optar, ter liberdade para optar o caminho que ele assim quiser”, diz Carlos Travassos.

[Assista ao vídeo.](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 47/2015

Brasília, 16 de março de 2015.

Quilombolas e mineradora vivem embate após expansão de exploração em Paracatu
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2015



Paula Laboissière – Enviada Especial Agência Brasil

Quilombolas da comunidade de Machadinho, ao norte do município de Paracatu (MG), reivindicam da empresa canadense Kinross Gold Corporation, que lidera a atividade de extração de ouro na cidade, uma compensação pela utilização de terras que pertenceram ao grupo.

Mais de mil quilombolas fazem parte da comunidade, mas a maioria vive na zona urbana. As sete famílias que permaneciam no local negociaram, há mais de dez anos, a venda das terras com a empresa canadense. Agora, os demais membros da comunidade tentam negociar uma compensação a ser paga pela mineradora a eles.

A comunidade de Machadinho se localiza no norte do município de Paracatu (MG). A compra desse território pela empresa canadense fez parte do processo de expansão da mineradora.

CONT.



De acordo com o diretor da Federação Quilombola de Minas Gerais, Gilberto Coelho de Carvalho, o termo de reconhecimento de que a comunidade de Machadinho é terra quilombola foi publicado pela Fundação Cultural Palmares em 1994, mas o processo de regularização ainda estava em curso. “Não foi suficiente [ter o termo de reconhecimento de comunidade remanescente de quilombo]. Algumas famílias moravam no local, viviam do plantio, do garimpo. Mas funcionários da mineradora fizeram pressão”, explicou.

A presidenta da Associação Quilombola de Machadinho, Maria Abadia Vaz da Costa, classifica a atual situação do grupo como insustentável. “Já são dez anos que estamos na luta. Queremos receber pela parte que a mineradora ocupou com a expansão. Pagaram para as famílias que estavam morando lá, mas não para nós”, disse, ao destacar que ainda há uma parte da comunidade que não foi ocupada pela empresa.

“Minha mãe e meu avô moraram em Machadinho. Agora, minha mãe vive na cidade, mas pede que a gente vá atrás disso. Ela tem 86 anos e não recebeu nada pela terra que perdeu”, completou.

A história de Maria Abadia é parecida com a de José Benedito de Moraes Lima, que deve assumir o posto de presidente da associação. Ele garante ter frequentado a comunidade quando criança, tem parentes que receberam pela venda das terras, mas cobra na Justiça uma compensação para si.

A Kinross Gold Corporation informou que a negociação das terras foi feita de forma idônea e que as pessoas em situação de vulnerabilidade receberam acompanhamento e foram realocadas em outras regiões de Paracatu, como prevê a legislação.

A Fundação Cultural Palmares confirmou que a comunidade de Machadinho foi certificada como território quilombola em 2004, mas esclareceu que esse é apenas o primeiro passo no processo de titulação. Os procedimentos seguintes seriam de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Incra, por sua vez, informou que o processo de reconhecimento como terra quilombola foi iniciado, mas nunca concluído e que, nesse meio tempo, as famílias que viviam ali tinham o direito de negociar a terra que, atualmente, é considerada particular.

Foto: A proximidade entre as atividades de mineração e os bairros da cidade e a possibilidade de intoxicação por metais pesados liberados durante a extração do ouro deixam a população de Paracatu preocupada – José Cruz / Agência Brasil



Publicado relatório final da Comissão da Verdade de São Paulo com capítulo indígena
SÍTIO O INDIGENISTA, 16.03.2015

Às vésperas do aniversário de 30 anos da redemocratização brasileira, a Comissão da Verdade Estadual "Rubens Paiva" apresenta, nesta quinta-feira 12, um relatório crítico no qual une-se à Comissão Nacional da Verdade.

Um dos capítulos é sobre a Violações aos Direitos dos Povos Indígenas.

[Acesse aqui.](#)

Neste capítulo são apontadas as seguintes recomendações:

- 1) Instituição, por lei federal, de uma Comissão da Verdade que apure as violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais em território nacional;
- 2) Instituição, por lei estadual, de uma Comissão com o mesmo objeto para investigar essas violações aos povos indígenas no Estado de São Paulo;
- 3) Regularização, proteção, desintração e recuperação ambiental das terras indígenas como a mais fundamental forma de reparação coletiva para os povos indígenas em virtude das graves violações de seus direitos na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados, sobretudo durante o período da ditadura;
- 4) Assegurar condições de segurança e soberania alimentar – respeitando a especificidade étnica e cultural de cada povo e território indígena – e também de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas em virtude da não observação de seus direitos na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados, sobretudo durante o período da ditadura;
- 5) Investigação e responsabilização, inclusive criminal, dos responsáveis pelas graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas durante a ditadura militar;
- 6) Pedido público de desculpas do Estado Brasileiro aos povos indígenas pelo esbulho de suas terras e pelas violações de direitos humanos ocorridas sob responsabilidade direta do Estado ou por sua omissão ou legitimação, visando a instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos;
- 7) Implementação de políticas de educação que ressaltem a importância e o respeito à diversidade étnica e às culturas dos povos indígenas, bem como abordem a temática das violações dos direitos desses povos durante a ditadura militar, com especial atenção às determinações da Lei nº 11.645/2008.

CONT.



- 8) Reconhecimento de que a perseguição aos povos indígenas visando a colonização de suas terras durante o período investigado constituiu-se como crime contra a humanidade;
- 9) Destinação de fundos para fomento à pesquisa e difusão sobre as graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas, incluindo pesquisas acadêmicas, obras de caráter cultural e a reunião de documentação pertinente;
- 10) Garantia ao acesso de todos os indígenas à educação de qualidade, específica e diferenciada, de forma continuada e permanente, nas aldeias, na terra indígena ou próxima da mesma, conforme a necessidade de cada povo, com condições apropriadas de infraestrutura, recursos humanos, equipamentos e materiais, respeitando o projeto político-pedagógico próprio, calendário e currículo diferenciado, conforme a tradição e cultura dos nossos povos e de acordo com a resolução 03 do Conselho Nacional de Educação (CNE);
- 11) Proposição de medidas legislativas de modo a contemplar formas de anistia e reparação coletiva aos povos indígenas;
- 12) Fortalecimento das políticas públicas de atenção à saúde dos povos indígenas como mecanismo de reparação coletiva, com o reconhecimento da necessidade de se prestar atenção diferenciada a essa população, considerando suas especificidades étnicas, culturais, sociais e territoriais;
- 13) Revogação do atual Estatuto do Índio e instituição de novo Estatuto, que reconheça a autonomia dos povos indígenas como sujeitos coletivos e sua diversidade cultural;
- 14) Completar o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, que o Estatuto do Índio determinou que ocorresse até 1978, descumprido pela ditadura militar e também pelos governos subsequentes, apesar de a Constituição de 1988 ter reconhecido esse direito originário, e de ela ter previsto novo prazo de cinco anos.



Há quase uma década, povo Guarani e Kaiowá sofre com tentativas de reintegrações de posse

SÍTIO CEDEFES, 16.03.2015

Kurusu Ambá, tekoha – lugar onde se é – Guarani e Kaiowá, abriu a temporada das tentativas de reintegrações de posse de áreas tradicionalmente retomadas e ocupadas por comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul. Desde 2007, Apyka’i, Yvy Katu, Pacurity, Guayvyry, além das aldeias Terena, foram algumas dessas terras há muito reivindicadas pelos indígenas e que tiveram ações de reintegração tramitando em alguma instância da Justiça Federal. “Guarani e Kaiowá não sai da terra que é dele. Sofre namão da fome, de pistoleiro, morre de todos os jeitos, mas fica. Autoridades precisam entender isso: a gente vai lutar pela nossa terra até o último índio vivo”, explicou Elizeu Guarani e Kaiowá, de Kurusu Ambá. São oito anos resistindo a tais expulsões. A última foi de Laranjeira Nhanderu, Guarani e Kaiowá. A comunidade se instalou na beira da estrada. Frio, fome, violência, alagamentos, alcoolismo.

Depois do julgamento das condicionantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que por decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) não se estendem para as demais terras indígenas do país, as ações de reintegração passaram a ter no marco temporal um argumento padrão. A tese diz que se a comunidade indígena não estava ocupando a terra reivindicada quando da promulgação da Constituição Federal, em 1988, não tem o direito de permanecer sobre ela. Não leva em consideração, longe de ser simples coincidência, o fato de que tais comunidades foram enxotadas de forma violenta décadas antes e confinadas em reservas indígenas, que hoje sofrem com a superpopulação. Os mais velhos decidiram então rumar de volta para as terras de onde foram expulsos. Locais sagrados e violados.

Ao deferir o pedido de suspensão liminar impetrado pela Funai contra a reintegração de posse da área retomada de Kurusu Ambá, pedida, por sua vez, pela 1ª Vara Federal de Ponta Porã/MS, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, mais uma vez rechaçou o argumento do marco temporal e garantiu a permanência da comunidade Guarani e Kaiowá na área até o trânsito em julgado da decisão de mérito na Ação de Reintegração de Posse. Não é a primeira vez que Lewandowski se posiciona contra o marco temporal, com destaque para o julgamento na 2ª Turma do STF no caso da Terra Indígena Guayraroká, também do povo Guarani e Kaiowá.

Ponderou o ministro em seu voto sobre Guayraroká, corroborando com os argumentos da Procuradoria-Geral da República (PGR), “(...) a demarcação de terras indígenas é matéria propícia a debates fervorosos e palco de interesses antagônicos. Convém, todavia, ressaltar que a Constituição Federal de 1988 reconhece, expressamente, o direito originário das comunidades indígenas sobre terras tradicionalmente ocupadas, conceituando-as como aquelas ‘que destinam-se a sua posse permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao seu bem-

CONT.



estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo usos, costumes e tradições' [CF, art. 231, § 1º]".

Demarcação: a única solução

Antes da decisão do ministro Lewandowski ser publicada, o rezador da comunidade, Yvyra'ijá, de 65 anos, declarou: "Eles já sabem qual a nossa posição. Todos sabem. Nós não podemos sair, esta é nossa terra, estamos aqui porque lá onde estávamos morrendo de fome enquanto usavam de nossa terra. Só queremos nosso espaço para plantar mandioca e ter direito a uma vida digna. Não nos moveremos porque não podemos, buscamos apenas o que é nosso, retomamos aqui porque sabemos que aqui é nosso, está lá nos estudos, a Funai já estudou, é só olhar. Retomamos este lugar em especial porque esta é nossa terra mãe, nossa terra tradicional. Respeitamos a Constituição, e só entramos onde é nosso de verdade. É muito duro para mim que sou velho ver as leis de um país que tanto amamos, nos tratando tão mal. Eles vão expulsar de novo nós que somos velhos e nossas crianças? Resistiremos. Resistiremos aqui porque não temos opção. Só sairemos daqui mortos, porque a estrada para nós significará morte também".

O povo Guarani e Kaiowá não é o único no Mato Grosso do Sul que sofre com as reintegrações de posse. Em 30 de maio de 2013, durante reintegração de posse da Terra Indígena Buriti, declarada em 2010 de ocupação tradicional, Oziel Terena foi morto com um tiro no peito durante ação das polícias Federal e Militar. "É doído a gente ver um patrício morrer defendendo algo que lhe pertence. Essa terra é nossa, é a nossa vida. A Justiça disse que é nossa. Mesmo assim, morremos sobre ela... morremos por um pedaço de chão. Vamos ficar aqui, vamos resistir", declara Gerson Terena. A comunidade resistiu nas matas e segue até hoje sobre a terra tradicional, onde Oziel tombou.

A demarcação das terras indígenas no estado, porém, segue sendo uma demanda paralisada pelo governo federal e que tem gerado dor e sofrimento para os povos indígenas. O Ministério da Justiça, no lugar de cumprir a legislação, inventou a mesa de diálogo, mas que serviu apenas para enrolar ainda mais o procedimento demarcatório no arame farpado das fazendas que invadem as terras tradicionais. Na opinião do Ministério Público Federal (MPF) do Mato Grosso do Sul, ao pedir em parecer a imediata suspensão da reintegração de Kurusu Ambá, "o fato é que o ciclo de invasões e retomadas de terras somente terá fim com a correta delimitação e demarcação da Terra Indígena de que tratam os autos. Até lá, cabe ao Poder Judiciário fazer um juízo de ponderação dos valores em jogo, de modo a impedir a ocorrência de um mal maior".

Um breve histórico da situação de violência sofrida pelos Kaiowa de Kurussu Ambá:

- A terra sagrada de Kurussu Ambá trata-se de um território tradicional imemorial do povo Kaiowa e passou a ser reivindicado através de retomadas por parte dos indígenas a partir de

CONT.



janeiro 2007. Na ocasião os indígenas foram expulsos de seu território pela ação de pistoleiros. Diversos indígenas foram espancados e tiveram seus corpos baleados e a rezadora Xurite Lopes, uma senhora de mais de 70 anos, foi assassinada.

- No mesmo ano, obstinados por recuperar seu território, os indígenas iniciaram novo processo de retomada e novamente tiveram uma liderança assassinada por pistoleiros. Desta vez foi o indígena Ortiz Lopes que acabou perdendo a vida na tentativa de devolver aos Kaiowa seu Tekoha.

- Em 2009, durante a terceira tentativa de retomada, com o GT da FUNAI já instaurado, Osvaldo Lopes foi também assassinado.

- A partir deste novo ataque sofrido os indígenas voltaram a viver em acampamentos de lona ao longo das rodovias e estradas existentes entre Amambai e Coronel Sapucaia em situação completamente desumana que gerou a morte de uma grande quantidade de crianças.

- Em novembro de 2009, os indígenas retomaram pela 4ª vez o pequeno pedaço de sua terra tradicional, ocupando uma pequena faixa de mato nos limites da reserva legal onde incide a fazenda Maria Auxiliadora. Sofreram processos de reintegração de posse porém sua permanência foi garantida por decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região-TRF3.

- Apesar de estarem dentro dos limites do seu território os indígenas foram mantidos estes últimos anos em uma espécie de confinamento. Com a paralisação dos procedimentos demarcatórios os Kaiowá ficaram alijados de sua própria terra, sobrevivendo de maneira desumana, sem sequer terem suas condições básicas de vida supridas.

Fonte: CIMI



Documentário revela tradicionalidade quilombola da região amazônica

SÍTIO CEDEFES, 16.03.2015

"Nós Quilombolas da Amazônia" é resultado das oficinas de música e audiovisual proporcionadas pelo edital III Ideias Criativas alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra

A programação da Mostra Banquete Brasil África, em cartaz no Centro Cultural do Carmo, lança o documentário Nós Quilombolas da Amazônia nesta sexta-feira, (13/03), às 19h. O vídeo é resultado das oficinas de música e audiovisual realizadas nas comunidades quilombolas de Guajará Miri e Itacoã, no Baixo Acará, nordeste paraense. As iniciativas foram contempladas no projeto homônimo – único premiado pela Região Amazônica no III Ideias Criativas Alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra, da Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC).

Tanto o Projeto quanto o Documentário pretendem contribuir para o reconhecimento da presença de comunidades quilombolas na Amazônia e suas peculiares na formação cultural do Pará, além de ser um importante registros da presença histórica negra no Estado.

Ao som de cantigas tradicionais do bumbá de Guajará Miri – Boi Resolvido, o documentário traz o olhar das próprias comunidades sobre suas manifestações culturais – “uma das necessidades apontadas pelos seus moradores”, segundo Waderson Lobato, Coordenador de Oficinas e Diretor de Produção do Projeto Nós Quilombolas da Amazônia. “Em conversas na comunidade percebemos que havia essa vontade deles em poder ouvir os moradores de lá contando suas histórias, suas lembranças, memórias. É isso que acho importante no Projeto, que essas histórias sejam ouvidas porque também é a nossa história, a nossa cultura, mas que hoje não tem espaço e pouco é valorizada”.

Envolvimento da Comunidade – Oficinas de audiovisual, música e literatura, cultura digital e elaboração de projetos culturais foram ofertadas pelo projeto Nós Quilombolas da Amazônia para integrantes das comunidades de Guajará Miri e Itacoã, que tivessem interesse e tempo disponível. Por fim, mais de 70 alunos, com idades entre 10 e 60 anos mostraram interesse e participaram.

A oficina de audiovisual começou de forma espontânea, intencionalmente sem roteiro definido, e diariamente surgiam sugestões dos participantes para a documentação desejada, explica Gilberto Mendonça, responsável por ministrar a Oficina de Mídias Móveis. “Todos os dias tinha uma novidade, um personagem que achavam interessante, uma roça que tinha que filmar, uma farinha pra queimar e coisas assim, cotidianas, quebrando um pouco a métrica da construção tradicional de um roteiro de documentário”.

O apoio da comunidade contribuiu também para que o resultado do Projeto fosse ainda mais

CONT.



rico, a partir da identificação pelos quilombolas daquilo que eles valorizavam dentro da própria cultura. "Nós sugerimos as histórias, os lugares e as pessoas; a comunidade participou bastante. Nas oficinas de música, por exemplo, os professores levavam os instrumentos e contribuíram muito com tudo que fosse necessário", conta Edson Santana, quilombola e oficinairo de Música.

O Projeto também teve o envolvimento direto e apoio de outras instituições, como a Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará e Instituto Federal do Pará – Campus Bragança; da Incubadora Pará Criativo e da empresa Sol Informática.

Valorização da Cultura Imaterial – A FCP é a patrocinadora oficial do Projeto e desse investimento nas manifestações como fator de resistência da cultura negra amazônica e sua utilização como elemento catalisador para novas ações e projetos junto às comunidades quilombolas da Região.

Cyro Lins, antropólogo e técnico da área de patrimônio imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fala sobre a importância dessas ações na construção de políticas públicas que atendam às necessidades locais: "É uma política do IPHAN e do Minc, a participação nos processos de valorização e difusão do patrimônio cultural brasileiro. As ações do Projeto Nós Quilombolas da Amazônia contribuem para o empoderamento e protagonismo na afirmação de identidades e no fortalecimento das políticas públicas voltadas para essa cultura tradicional.", ressalta.

Saiba mais sobre o Projeto Nós Quilombolas da Amazônia

<http://nos-quilombolasdaamazonia.blogspot.com.br/>

M A L U N G U

Programação Semanal da Mostra Banquete Brasil África

Dia 13, 19h

Lançamento do documentário "Nós Quilombolas da Amazônia", integrante do Projeto homônimo, premiado no III Ideias Criativas Alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra, da Fundação Cultural Palmares

Exposição "Recanto", de Mauricio Franco

Dia 20, 19h

"Noite Negra" – Sarau de Poesia e Música Negra. Participação: poetas Antônio Moura e Nilson Oliveira. Músicos Edelmiro Soares, Handerson Barboza

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47/2015

Brasília, 16 de março de 2015.

Exposição "Recanto", de Mauricio Franco

Dia 27 (Dia Mundial do Teatro), 19h

Teatro de bonecos "A batalha" – com Jeferson Cecim, Juliana Medeiros e Mauricio Franco

Performance "Um Canto pra Oxum"- com Pauli Banhos, Pedro Olaia e Roberta Costa

Exposição "Recanto", de Mauricio Franco

Fonte: Estúdio Amazônia e Centro Cultural do Carmo



Fundação Palmares intervém no processo de reintegração de posse de quilombolas
SÍTIO CEDEFES, 16.03.2015

Fundação Palmares intervém no processo de reintegração de posse de quilombolas no Mesquita – GO

A Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) por meio de sua Procuradoria Federal e em conjunto com a Procuradoria Federal no Estado de Goiás (PF/GO), entrevistou nesta semana, em processo de reintegração de posse sobre uma família do quilombo Mesquita, na Cidade Ocidental/GO. A solicitação aceita pela juíza responsável pelo caso, permitiu a suspensão do mandado já em posse do oficial de justiça para a execução do despejo.

O processo tramita na 1a. Vara Cível, Criminal, da Infância e da Juventude de Cidade Ocidental. Nele, a autora Maria Conceição Laquis, relata que é proprietária da área, fato rejeitado pela comunidade. De acordo com a Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (Arenquim), a área onde vive o quilombola Erismar Braga Ramos é considerada tradicional e reconhecida pelo Governo Federal, por meio da FCP, por seus mais de três séculos de história.

O quilombola faz parte da quinta geração de remanescentes de Maria do Nascimento, escravizada que, no século XIX, recebeu como herança do colonizador da região, parte das terras que compõem a área do Mesquita. Na fazenda Saltador Água Quente que herdou de seus ancestrais, junto a outros remanescentes quilombolas, Erismar conviveu nas últimas semanas com a angústia e o medo de perder a casa onde nasceu, foi criado e hoje vive com a mulher e uma filha.

Encaminhamentos – O caso chegou à FCP, encaminhado pela associação da comunidade, que tomou conhecimento das pressões sofridas por seu Erismar. De acordo com Alexandre Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, o mais importante foi a iniciativa da comunidade em denunciar e defender os seus direitos. “Para protegê-los, a Fundação cumpriu todas as medidas previstas no Decreto 4887/2003, que garante assistência técnica e jurídica para as comunidades quilombolas”, afirmou.

As Procuradorias Federais, junto à FCP, e do Estado de Goiás, agora trabalham para manter a suspensão da reintegração a fim de defender o direito da comunidade e de sua ocupação tradicional. Nesse sentido, os autos estão sendo encaminhados à Justiça Federal.

O Quilombo Mesquita foi certificado pela FCP, em 2006, e possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de seu território, expedido e publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2011.

Fonte: Daiane Souza